ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR TOTAL DA META
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	618,00	171.804,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M²	618,00	

META 007 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO CENTRO MUNICIPAL DE EVENTOS				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR TOTAL DA META
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	1.400,00	389.200,00
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO.	M²	1.400,00	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 80 (oitenta) dias contados do(a) assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.1.1.1. Atrasos ou impedimentos no fornecimento de acesso às edificações públicas municipais (Metas 001 a 007) ou interrupções motivadas pela necessidade de manutenção contínua dos serviços públicos essenciais prestados nesses locais;

3.1.1.2. Alterações nos projetos, memoriais descritivos ou especificações técnicas promovidas por determinação formal e expressa da Administração Pública Municipal durante a execução da obra; e

3.1.1.3. Atrasos na liberação ou repasse das parcelas financeiras provenientes da transferência da União (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, Portaria nº 2.923/2026), desde que devidamente comprovados e sem culpa do Contratado.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

3.1.2.1. Flutuação ordinária de preços de insumos, materiais (telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, fixadores, vedações), fretes, equipamentos e mão de obra, bem como eventuais erros no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta comercial;

3.1.2.2. Atrasos no cronograma causados por problemas de logística, escassez de mão de obra qualificada, avaria de equipamentos ou inobservância das normas ambientais para transporte e destinação adequada de resíduos de fibrocimento (Resolução CONAMA nº 307/2002); e

3.1.2.3. Danos materiais causados às instalações municipais, aos bens públicos, equipamentos internos ou a terceiros em virtude da execução dos serviços de remoção manual das telhas antigas e montagem da nova cobertura.

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

3.1.3.1. Ocorrência de eventos supervenientes de caso fortuito ou força maior, tais como tempestades atípicas e intempéries climáticas de gravidade extraordinária que afetem diretamente o canteiro de obras no período de execução;

3.1.3.2. Descoberta de vícios ocultos ou degradações não aparentes nas estruturas de sustentação de madeira/tesouras dos telhados existentes que exijam reforço prévio indispensável à instalação da nova cobertura metálica; e

3.1.3.3. Alterações na legislação tributária ou ambiental que acarretem comprovado impacto e desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços após a data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 1.455.608,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.34. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.35. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.36. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.37. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.39. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.42. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.44. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.46. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

9.46.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.46.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.46.3. florestas plantadas; e

9.46.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.47. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.47.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.47.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.47.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.47.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.48. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.48.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.48.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.48.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.48.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.48.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.49. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.49.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.49.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 1990, e legislação correlata.

9.50. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.53. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com

registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos facultados pela Lei nº 14.133/2021 para contratações diretas emergenciais de pronto pagamento por medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na dotação abaixo discriminada:

Exercício	Conta Despesa	Funcional Programática	
2026	1071	09.002.15.451.0009-1057	3.3.90.39.00.00

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr; para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Município de Marquinho/Pr., 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal
Responsável legal da CONTRATANTE

IVO JOSÉ DA ROCHA
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SERGIO LUIZ DAL PAI
Sec. Municipal de Administração

FERNANDO PIRES
Aux. Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO:** TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ Nº 04.879.603/0001-66, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná.
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 1.455.608,00** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias.
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro - CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

PORTARIA Nº 056/2026

De 14 de outubro de 2026.

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora, **SUELEM APARECIDA CALEFFI,** ocupante do cargo de Professor II, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 05/10/2026, na forma do Inciso XVIII do Art. 7º da Constituição Federal da República.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, 14 de outubro de 2026.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 — Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 Dados: 2026.10.14 13:18:28 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900- Centro, CEP 85.345-000
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

PORTARIA Nº. 057/2026

De 14 de outubro de 2026.

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Porto Barreiro.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 034/2026, tendo em vista a necessidade de continuidade dos trâmites legais.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 034/2026.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 08 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, em 14 de outubro de 2026.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 — Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 Dados: 2026.10.14 14:11:53 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

LICITANET - Termo de Homologação — https://www.licitanet.com.br/portal/licitacao/pregao/195402/complet...

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO
PR

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 67/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor: AGROBELEZE PNEUS LTDA - 06.198.056/0001-89

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
24	8,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 249,37	R$ 1.994,96	R$ 347,25	R$ 2.778,00	28,20	R$ 783,04
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU, METRO DESLAVADEIRA 12.5/80-18 BORRACHA DO DIAMETRO										
25	8,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 549,00	R$ 4.392,00	R$ 813,33	R$ 6.506,64	32,50	R$ 2.114,64
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU, ROLO 23.1X26, 5 MM DE BASE										

Subtotal Adjudicado		Subtotal Orçado		
R$ 80.000,00		R$ 154.920,36	38,2000 %	R$ 59.962,36

Fornecedor: DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA - 60.122.813/0001-86

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
2	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 449,00	R$ 8.980,00	R$ 826,00	R$ 16.521,20	45,65	R$ 7.541,20
Descrição: RECAPEAMENTO PNEU RADIAL 295/80 R22,5 BORRACHA DO										
4	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 449,00	R$ 4.490,00	R$ 826,00	R$ 8.260,60	45,65	R$ 3.770,60
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 1200X20 RADIAL BORRACHA DO										
7	12,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.700,00	R$ 21.600,00	R$ 4.130,00	R$ 49.237,20	58,85	R$ 27.637,20
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 12 LONAS TRASEIRO										
8	30,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 714,00	R$ 21.240,00	R$ 1.302,00	R$ 38.730,00	54,86	R$ 17.490,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 215/75X17,5 BORRACHA DO 194 X 18 MM										
9	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 309,00	R$ 6.180,00	R$ 726,00	R$ 15.511,20	94,29	R$ 9.331,20
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 295/75X22,5 BORRACHA DO										
10	8,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 449,00	R$ 3.592,00	R$ 837,50	R$ 7.100,00	50,42	R$ 3.627,20
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 295/80X22,5										
11	30,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 714,00	R$ 21.420,00	R$ 1.214,77	R$ 36.441,00	69,91	R$ 15.021,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 1100X20										

Subtotal Adjudicado		Subtotal Orçado		
R$ 144.138,20		R$ 318.884,80	54,7829 %	R$ 174.884,80

LICITANET - Termo de Homologação — https://www.licitanet.com.br/portal/licitacao/pregao/195402/complet...

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
13	40,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 294,00	R$ 12.960,00	R$ 753,05	R$ 29.122,00	54,76	R$ 14.162,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 23X10X12										
14	75,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 99,00	R$ 7.230,00	R$ 229,55	R$ 16.766,50	82,86	R$ 9.536,50
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X20 RADIAL BORRACHA DO										
23	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 99,00	R$ 990,00	R$ 228,25	R$ 2.282,50	56,74	R$ 1.292,50
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215X75X17,5 BORRACHA DO 194 X 18 MM										
25	11,00	UN			R$ 99,00	R$ 999,00	R$ 189,47	R$ 1.974,00	37,21	R$ 735,00
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75X17,5 BORRACHA DO										
22	9,00	UN			R$ 99,00	R$ 891,00	R$ 194,44	R$ 1.750,00	49,07	R$ 859,00
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1100X20										
20	50,00	UN			R$ 99,00	R$ 4.950,00	R$ 258,63	R$ 12.929,50	61,73	R$ 7.979,50
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 295/80X22,5										
26	20,00	UN			R$ 99,00	R$ 1.980,00	R$ 249,50	R$ 4.990,00	60,34	R$ 3.010,00
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 295/80X22,5										

Subtotal Adjudicado		Subtotal Orçado		
R$ 144.138,20		R$ 318.884,80	54,7829 %	R$ 174.884,80

Fornecedor: RECAPADORA MARRECAS LTDA - 05.689.415/0001-38

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
5	27,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.200,00	R$ 34.200,00	R$ 2.459,73	R$ 69.896,50	51,09	R$ 35.696,50
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 11.00R20 12 LONAS BORRACHA MM										
6	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.100,00	R$ 24.300,00	R$ 1.500,00	R$ 33.228,00	31,82	R$ 8.928,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 17.5X25 - 20 LONAS										
10	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 470,00	R$ 4.700,00	R$ 726,00	R$ 7.260,20	44,29	R$ 2.560,20
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 11.00X20 12 LONAS TRASEIRO										

Subtotal Adjudicado		Subtotal Orçado		
R$ 83.000,20		R$ 161.489,30	50,4417 %	R$ 81.489,30

LICITANET - Termo de Homologação — https://www.licitanet.com.br/portal/licitacao/pregao/195402/complet...

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
27	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 749,00	R$ 14.980,00	R$ 1.463,00	R$ 29.260,60	42,80	R$ 14.280,60
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 11.00X20 12 LONAS TRASEIRO										

Subtotal Adjudicado		Subtotal Orçado		
R$ 83.000,20		R$ 161.489,30	50,4417 %	R$ 81.489,30

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 359.247,20	R$ 654.195,36	45,0621 %	294.948,16

HOMOLOGO o presente certame para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Barreiro, PR, 14 de Outubro de 2026

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
PREFEITO MUNICIPAL

Assine aqui

Assine aqui

15/10/2026, 14:24 — 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 612.552/0001-13
e-mail: pmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n° - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR

MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Parana, com sede à Rua Sete de Setembro, s/n°, com inscrição no CNPJ sob n°. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO**: TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ Nº 04.879.603/0001-66, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, s/n°, Centro, CEP: 85.168-000, Marquinho, Estado do Parana.
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 1.455.608,00** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METALICAS TERMOACUSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICIPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias.
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 612.552/0001-13
e-mail: pmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n° - CEP: 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR

MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Parana, com sede à Rua Sete de Setembro, s/n°, com inscrição no CNPJ sob n°. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO**: NCHR CONSTRUTORA LTDA CNPJ Nº 55.698.530/0001-08, com sede administrativa a Rua Prudencio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, Marquinho, Estado do Parana.
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 39.037,60** (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METALICAS TERMOACUSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias.
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR
TEL/FAX: (42) 92000 8462 - E-mail: camaramun.marquinho@gmail.com

ERRATA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023

A Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Parana, torna publica a presente ERRATA, referente ao Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2023, para fins de correção de erro material na identificação do referido termo, conforme segue

Onde se lê:
2º TERMO ADITIVO
Leia-se
3º TERMO ADITIVO.

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido instrumento, inclusive a data de validade do Termo Aditivo.

Sala da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

João Maria Cardoso
Presidente da Mesa Diretora

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

O município de Indianópolis/PR, torna público o extrato do contrato nº 137/2026, do processo Administrativo nº 77/2026, Pregão Eletrônico nº 38/2026, na forma da Lei 14.133/2021 cujo objeto é: Contratação de profissional qualificado para prestação de serviços de Oficina Ginga Terapia - Amor em Movimento na Melhor Idade, destinada ao público idoso, contemplando atividades corporais, psicomotoras, recreativas, culturais, musicais e de convivência, com foco na promoção da qualidade de vida, autonomia, socialização, bem-estar e fortalecimento dos vínculos sociais dos participantes. Contratada: GSM DESENVOLVIMENTO HUMANO CULTURAL E SOCIAL LTDA, CNPJ 15.760.582/0001-81 com o lote: 1 no valor total de R$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 21 de setembro de 2026. Indianópolis, Paraná, em 24 de setembro de 2026. PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

OBJETO: Aquisição de veículos 0 km destinados à Secretaria Municipal de Saúde. A Prefeitura Municipal de Jaguariaíva-PR, por intermédio de sua Pregoeira/Agente de Contratação, torna público a todos os interessados no Pregão Eletrônico nº 25/2026, em epígrafe, que o mesmo está SUSPENSO para readequação do Edital. INFORMAÇÕES: E-mail: comprasjag@gmail.com Telefone: (43) 3535-9458

Jaguariaíva - PR, 9 de outubro de 2026.
TAMYRIS DA SILVA CARNEIRO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 54/2026 - UASG 987637

PROCESSO LICITATÓRIO N° 137/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento menor preço/por item, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE RODÍZIO DE PIZZA DESTINADO ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO CRAS, COM O INTUITO DE OFERECER MELHORIAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR. DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: Dia 21/10/2026 - das 09:00 às 15:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitação, na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, no Portal da Transparência do Município, aba suprimentos/licitações e no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Valor máximo da licitação: R$ 2.698,20 (Dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte centavos). Informações complementares através do e-mail: licitajaniopolis@gmail.com ou telefone (44) 3110-2212.

Janiópolis - PR, 14 de outubro de 2026.
EIDES GUEDES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026

Objeto: Locação de impressoras para serem utilizadas nas Unidades Básicas de Saúde e demais departamentos da Secretaria de Saúde Municipal.

Tipo de licitação: Menor Preço Por Lote.

Modo de disputa: Aberto.

Abertura da sessão pública: 04/11/2026, às 08h00min., no site www.licitanet.com.br/.

Laranjeiras do Sul - PR, 14 de outubro de 2026.
JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresas especializadas para locação de itens e prestação de serviços, inclusive médicos destinados a realização de eventos culturais, turísticos, institucionais e demais ações promovidas ou apoiadas pelo Município de Leópolis. DATA E HORA DA DISPUTA: 05 de novembro de 2026 a partir das 09:00 horas. LOCAL: Portal BNC - Bolsa Nacional de Compras, https://bnc.org.br. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Leópolis - PR. O Edital estará disponível no site oficial endereço eletrônico www.leopolis.pr.gov.br a partir do dia 15/10/2026 as 09h00m, e na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal - Tel: 0800-043-0063

Leópolis - PR, 14 de outubro de 2026.
LEOMAR MONTEIRO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 6/2026

MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JÚLIA MARQUES MONTEIRO, COM EXECUÇÃO DE PLAYGROUD INFANTIL (API), ACADEMIA AO AR LIVRE (ATI), PAVIMENTAÇÃO, PAISAGISTMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES NO PROJETO.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 08:00 (oito) horas do dia 19 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO: Às 09:00 (nove) horas do dia 19de novembro de 2026.

Maiores Informações e cópias do Edital, poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, entre às 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: 44.3233.8422 ou no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br acessando o Portal da Transparência e no site compras.gov.br

Mandaguari/PR, 8 de outubro de 2026.
IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6154/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.

Objeto: Aquisição de livros de literatura infantil e bonecos de pano com foco na representatividade e na diversidade étnico racial, destinados a atender à demanda da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa de Marialva - PR, pelo Menor Preço Por Item

. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas: até o dia 28 de outubro de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas: 28 de outubro de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva/PR, 7 de outubro de 2026.
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13. CONTRATADO: TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ Nº 04.879.603/0001-66, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná. VALOR TOTAL: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de R$1.455.608,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias. PRAZO DE VIGÊNCIA: 80 (oitenta) dias. FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr. Marquinho/PR, em 14 de outubro de 2026. ELIO BOLZON JUNIOR. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13. CONTRATADO: NCHR CONSTRUTORA LTDA CNPJ Nº 55.696.530/0001-08, com sede administrativa à Rua Prudêncio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná. VALOR TOTAL: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de R$ 39.037,60 (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias. PRAZO DE VIGÊNCIA: 80 (oitenta) dias. FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr. Marquinho/PR, em 14 de outubro de 2026. ELIO BOLZON JUNIOR. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº0128/2026 - O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 09:00 horas, do dia 27 de outubro do ano de 2026, no portal nacional de Compras BNC, a PREGÃO ELETRÔNICO nº017/2026 tipo menor preço item. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e conjuntos de ferramentas de marcenaria novos, completos e sem uso, destinados à Secretaria Municipal de Agropecuária, Industria e Comercio, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone/fax: 0800 888 5155 Whatsapp (0**42) 3633-1160 - ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, de segunda a sexta feira, nos horários das 08:00 às 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Mato Rico, 9 de outubro de 2026.
EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 32/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 57/2026 - Justifica-se a não exclusividade de participação às ME, EPP ou MEI o fato de que, após pesquisas efetuadas em nosso cadastro de fornecedores, verificou-se a não existência de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos sediados locais e capazes de cumprir com as exigências deste Edital, amoldando-se ao preceito legal acima mencionado. O MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir: OBJETO: Aquisição De Implementos Agricolas Em Atendimento As Necessidades Da Secretaria Municipal De Agricultura De Nova Aliança Do Ivaí - PR, Através Do Convenio 942274/2023. Recebimento Das Propostas De Preços: Até às 09:00 horas do dia 03/11/2026. Início Da Sessão De Disputa De Preços: às 09:01 horas do dia 03/11/2026. Critério De Julgamento: Menor Preço Por Item Modo De Disputa: Aberto. Valor Estimado Para A Licitação: R$ 111.000,00 (Cento e Onze Mil Reais). Link Para Realização Da Sessão Da Disputa: https://www.comprasbr.com.br. Referência De Horário: Horário de Brasília/DF. O Edital Ficará Disponível: No site do Município de Nova Aliança Do Ivaí

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2026

CONTRATO Nº 035/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARQUINHO E A EMPRESA NCHR CONSTRUTORA LTDA

O MUNICÍPIO DE MARQUINHO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, na cidade de Marquinho, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.552/0001-13, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Marquinho/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Élio Bolzon Junior, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa NCHR CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.696.530/0001-08, sediado(a) na Rua Prudêncio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, em Marquinho, Estado do Paraná doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Helio Waczak, tendo em vista o que consta no Processo nº 071/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 013/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

META 005 – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE MARQUINHO				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR TOTAL DA META**
001	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M²	140,00	39.037,60
002	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA, ESPESSURA 30MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO E REVISÃO DE CALHAS E RUFOS.	M²	140,00	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 80 (oitenta) dias contados do(a) assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

3.1.1.1. Atrasos ou impedimentos no fornecimento de acesso às edificações públicas municipais (Metas 001 a 007) ou interrupções motivadas pela necessidade de manutenção contínua dos serviços públicos essenciais prestados nesses locais;

3.1.1.2. Alterações nos projetos, memoriais descritivos ou especificações técnicas promovidas por determinação formal e expressa da Administração Pública Municipal durante a execução da obra; e

3.1.1.3. Atrasos na liberação ou repasse das parcelas financeiras provenientes da transferência da União (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, Portaria nº 2.923/2026), desde que devidamente comprovados e sem culpa do Contratado.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

3.1.2.1. Flutuação ordinária de preços de insumos, materiais (telhas metálicas termoacústicas de 30 mm, fixadores, vedações), fretes, equipamentos e mão de obra, bem como eventuais erros no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta comercial;

3.1.2.2. Atrasos no cronograma causados por problemas de logística, escassez de mão de obra qualificada, avaria de equipamentos ou inobservância das normas ambientais para transporte e destinação adequada de resíduos de fibrocimento (Resolução CONAMA nº 307/2002); e

3.1.2.3. Danos materiais causados às instalações municipais, aos bens públicos, equipamentos internos ou a terceiros em virtude da execução dos serviços de remoção manual das telhas antigas e montagem da nova cobertura.

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

3.1.3.1. Ocorrência de eventos supervenientes de caso fortuito ou força maior, tais como tempestades atípicas e intempéries climáticas de gravidade extraordinária que afetem diretamente o canteiro de obras no período de execução;

3.1.3.2. Descoberta de vícios ocultos ou degradações não aparentes nas estruturas de sustentação de madeira/tesouras dos telhados existentes que exijam reforço prévio indispensável à instalação da nova cobertura metálica; e

3.1.3.3. Alterações na legislação tributária ou ambiental que acarretem comprovado impacto e desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços após a data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 39.037,60 (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.34. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.35. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.36. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.37. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.39. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.42. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.44. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos,

condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.46. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

9.46.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.46.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.46.3. florestas plantadas; e

9.46.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.47. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.47.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.47.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.47.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.47.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.48. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.48.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou

do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.48.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.48.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.48.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.48.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.49. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.49.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.49.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 1990, e legislação correlata.

9.50. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de

suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.53. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos facultados pela Lei nº 14.133/2021 para contratações diretas emergenciais de pronto pagamento por medição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na dotação abaixo discriminada:

Exercício	Conta Despesa	Funcional Programática	
2026	1071	09.002.15.451.0009-1057	3.3.90.39.00.00

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na

Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Município de Marquinho/Pr., 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal
Responsável legal da CONTRATANTE

HELIO WACZAK
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SERGIO LUIZ DAL RAI
Sec. Municipal de Administração

FERNANDO PIRES
Aux. Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO:** NCHR CONSTRUTORA LTDA CNPJ Nº 55.696.530/0001-08, com sede administrativa à Rua Prudêncio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná.
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 39.037,60** (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias.
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.551.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

PORTARIA Nº 056/2026

De 14 de outubro de 2026

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora, **SUELEM APARECIDA CALEFFI,** ocupante do cargo de Professor II, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 05/10/2026, na forma do Inciso XVIII do Art. 7º da Constituição Federal da República.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, 14 de outubro de 2026.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 — Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 Dados: 2026.10.14 13:18:28 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000
CGC 01.551.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

PORTARIA Nº. 057/2026

De 14 de outubro de 2026

O Senhor EMANOEL VANDERLEI VOLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Porto Barreiro.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 034/2026 tendo em vista a necessidade de continuidade dos trâmites legais.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 034/2026.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 09 de agosto de 2026..

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, em 14 de outubro de 2026.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 — Assinado de forma digital por EMANOEL VANDERLEI VOLFF:64410412949 Dados: 2026.10.14 14:11:53 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

LICITANET - Termo de Homologação https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.licitanet.net/reports/pregao/1999/0/...

MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO - PR

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 61/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor: AGROBELEZE PNEUS LTDA - 06.198.056/0001-89

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
24	8,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 2.491,00	R$ 19.928,00	R$ 3.413,33	R$ 27.306,64	27,02	R$ 7.378,64
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU RETROESCAVADEIRA 12 LONAS BORRACHA DO DIÂMETRO										
25	8,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.999,00	R$ 15.992,00	R$ 2.742,50	R$ 21.940,04	27,12	R$ 5.948,04
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 900,20 (37X9) 8 MM DE BASE										
					Subtotal Adjudicado: R$ 95.980,00			Subtotal Orçado: R$ 134.929,38	28,8900 %	R$ 38.980,38

Fornecedor: DCP COMERCIO E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS LTDA - 60.122.813/0001-86

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
2	27,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.999,00	R$ 134.973,00	R$ 7.407,41	R$ 199.999,80	32,53	R$ 65.026,80
Descrição: RECAPEAMENTO PNEU RADIAL 215/75R22,5 BORRACHA DO										
4	30,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 4.999,00	R$ 149.970,00	R$ 7.407,41	R$ 222.222,30	32,53	R$ 72.252,30
Descrição: RECAPEAMENTO PNEU 1000/20 RADIAL BORRACHA DO										
7	12,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.667,00	R$ 20.004,00	R$ 4.259,26	R$ 51.111,12	60,86	R$ 31.107,12
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 1000/20 12 LONAS TRASEIRO										
8	90,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 344,50	R$ 31.005,00	R$ 730,00	R$ 65.700,00	52,81	R$ 34.695,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 295/80R22,5 BORRACHA DO 154 X 15MM										
9	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 350,00	R$ 7.000,00	R$ 750,00	R$ 15.000,00	53,33	R$ 8.000,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 235/75R17,5 BORRACHA DO										
10	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,00	R$ 4.400,00	R$ 880,00	R$ 8.800,00	50,00	R$ 4.400,00
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 295/80R22,5										
11	50,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 374,00	R$ 18.700,00	R$ 814,75	R$ 40.737,50	48,91	R$ 22.037,50
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 1 SIN 16										
					Subtotal Adjudicado: R$ 144.100,00			Subtotal Orçado: R$ 318.884,80	54,7929 %	R$ 174.584,80

Fornecedor: RECAPADORA MARRECAS LTDA - 05.689.415/0001-38

Item	Quant.	UN	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
5	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.100,00	R$ 34.397,00	R$ 1.419,75	R$ 44.392,50	22,52	R$ 9.995,50
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 11 R22,5 - 12 LONAS - ALTURA 16 MM										
6	20,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.100,00	R$ 34.397,00	R$ 1.419,75	R$ 44.392,50	22,52	R$ 9.995,50
Descrição: RECAPAGEM DE PNEU 11 R22,5 - 20 LONAS										
13	10,00	UN	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 440,00	R$ 4.400,00	R$ 1.000,00	R$ 10.000,00	56,00	R$ 5.600,00
Descrição: VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 LONAS TRASEIRO										
					Subtotal Adjudicado: R$ 80.593,00			Subtotal Orçado: R$ 181.489,00	55,4111 %	R$ 81.489,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 310.243,00	R$ 634.999,00	51,1621 %	324.999,00

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Rio Bonito do Iguaçu/PR, 13 de Outubro de 2026

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
PREFEITO MUNICIPAL

Assine aqui

Assine aqui

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 81.557/0001-13
e-mail: pmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR

MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede a Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO**: TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ Nº 04.879.603/0001-66, com sede administrativa a Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 1.455.608,00** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACUSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICIPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59053.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr

Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 81.557/0001-13
e-mail: pmarquinho@yahoo.com.br
Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR

MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026.

- **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede a Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13.
- **CONTRATADO**: NCHR CONSTRUTORA LTDA CNPJ Nº 55.696.530/0001-08, com sede administrativa a Rua Prudêncio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, Marquinho, Estado do Parana
- **VALOR TOTAL**: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de **R$ 39.037,60** (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos).
- **OBJETO**: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICIPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59053.039680/2026-36.
- **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 60 (sessenta) dias
- **PRAZO DE VIGÊNCIA**: 80 (oitenta) dias.
- **FORO**: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr.

Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

ELIO BOLZON JUNIOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANÁ

RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85.168-000 – MARQUINHO/PR
TEL/FAX: (42) 92000 8462 - E-mail: camaramun.marquinho@gmail.com

ERRATA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023

A Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Parana, torna publica a presente ERRATA, referente ao Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2023, para fins de correção de erro material na identificação do referido termo, conforme segue

Onde se lê
2º TERMO ADITIVO
Leia-se:
3º TERMO ADITIVO

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido instrumento, inclusive a data de validade do Termo Aditivo.

Sala da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Parana, em 14 de outubro de 2026.

João Maria Cardoso
Presidente da Mesa Diretora

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

O munícipio de Indianópolis/PR, torna público o extrato do contrato nº 137/2026, do processo Administrativo nº 77/2026, Pregão Eletrônico nº 38/2026, na forma da Lei 14.133/2021 cujo objeto é: Contratação de profissional qualificado para prestação de serviços de Oficina Ginga Terapia - Amor em Movimento na Melhor Idade, destinada ao público idoso, contemplando atividades corporais, psicomotoras, recreativas, culturais, musicais e de convivência, com foco na promoção da qualidade de vida, autonomia, socialização, bem-estar e fortalecimento dos vínculos sociais dos participantes. Contratada: GSM DESENVOLVIMENTO HUMANO CULTURAL E SOCIAL LTDA, CNPJ 15.760.582/0001-81 com o lote: 1 no valor total de R$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 21 de setembro de 2026. Indianópolis, Paraná, em 24 de setembro de 2026. PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

OBJETO: Aquisição de veículos 0 km destinados à Secretaria Municipal de Saúde. A Prefeitura Municipal de Jaguariaíva-PR, por intermédio de sua Pregoeira/Agente de Contratação, torna público a todos os interessados no Pregão Eletrônico nº 25/2026, em epígrafe, que o mesmo está SUSPENSO para readequação do Edital. INFORMAÇÕES: E-mail: comprasjag@gmail.com Telefone: (43) 3535-9458

Jaguariaíva - PR, 9 de outubro de 2026.
TAMYRIS DA SILVA CARNEIRO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 54/2026 - UASG 987637

PROCESSO LICITATÓRIO N° 137/2026

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento menor preço/por item, visando selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE RODÍZIO DE PIZZA DESTINADO ÀS CRIANÇAS ATENDIDAS PELO CRAS, COM O INTUITO DE OFERECER MELHORIAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR. DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: Dia 21/10/2026 - das 09:00 às 15:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitação, na Rua Rui Barbosa, nº 286, centro, no Portal da Transparência do Município, aba suprimentos/licitações e no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Valor máximo da licitação: R$ 2.698,20 (Dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte centavos). Informações complementares através do e-mail: licitajaniopolis@gmail.com ou telefone (44) 3110-2212.

Janiópolis - PR, 14 de outubro de 2026.
EIDES GUEDES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026

Objeto: Locação de impressoras para serem utilizadas nas Unidades Básicas de Saúde e demais departamentos da Secretaria de Saúde Municipal.

Tipo de licitação: Menor Preço Por Lote.

Modo de disputa: Aberto.

Abertura da sessão pública: 04/11/2026, às 08h00min., no site www.licitanet.com.br/.

Laranjeiras do Sul - PR, 14 de outubro de 2026.
JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresas especializadas para locação de itens e prestação de serviços, inclusive médicos destinados a realização de eventos culturais, turísticos, institucionais e demais ações promovidas ou apoiadas pelo Município de Leópolis. DATA E HORA DA DISPUTA: 05 de novembro de 2026 a partir das 09:00 horas. LOCAL: Portal BNC - Bolsa Nacional de Compras, https://bnc.org.br. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Leópolis - PR. O Edital estará disponível no site oficial endereço eletrônico www.leopolis.pr.gov.br a partir do dia 15/10/2026 as 09h00m, e na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal - Tel: 0800-043-0063

Leópolis - PR, 14 de outubro de 2026.
LEOMAR MONTEIRO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 6/2026

MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA JÚLIA MARQUES MONTEIRO, COM EXECUÇÃO DE PLAYGROUD INFANTIL (API), ACADEMIA AO AR LIVRE (ATI), PAVIMENTAÇÃO, PAISAGISTMO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES NO PROJETO.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até as 08:00 (oito) horas do dia 19 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO: Às 09:00 (nove) horas do dia 19de novembro de 2026.

Maiores Informações e cópias do Edital, poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, entre às 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: 44.3233.8422 ou no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br acessando o Portal da Transparência e no site compras.gov.br

Mandaguari/PR, 8 de outubro de 2026.
IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6154/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.

Objeto: Aquisição de livros de literatura infantil e bonecos de pano com foco na representatividade e na diversidade étnico racial, destinados a atender à demanda da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa de Marialva - PR, pelo Menor Preço Por Item

. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas: até o dia 28 de outubro de 2026 até às 08h30min. Abertura das Propostas: 28 de outubro de 2026 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br

Marialva/PR, 7 de outubro de 2026.
FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13. CONTRATADO: TRIGEF CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA CNPJ Nº 04.879.603/0001-66, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, s/nº, Centro, CEP: 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná. VALOR TOTAL: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de R$1.455.608,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias. PRAZO DE VIGÊNCIA: 80 (oitenta) dias. FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr. Marquinho/PR, em 14 de outubro de 2026. ELIO BOLZON JUNIOR. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de outubro de 2026, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, s/nº, com inscrição no CNPJ sob nº. 01.612.552/0001-13. CONTRATADO: NCHR CONSTRUTORA LTDA CNPJ Nº 55.696.530/0001-08, com sede administrativa à Rua Prudêncio Coelho, 165, Centro, CEP 85.168-000, Marquinho, Estado do Paraná. VALOR TOTAL: O preço global, certo e ajustado pelas partes para execução do objeto do contrato é de R$ 39.037,60 (trinta e nove mil, trinta e sete reais e sessenta centavos). OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPREENDENDO A REMOÇÃO MANUAL DE TELHAS ANTIGAS DE FIBROCIMENTO (5.376 M²) E O FORNECIMENTO INTEGRAL COM INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS METÁLICAS TERMOACÚSTICAS (30 MM) (5.376 M²), DANIFICADAS EM DECORRÊNCIA DA TEMPESTADE DE GRANIZO OCORRIDA EM 30 DE JUNHO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA TRANSFERÊNCIA REALIZADA PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 2.923, DE 5 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO PROCESSO SEI Nº 59052.039680/2026-36. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias. PRAZO DE VIGÊNCIA: 80 (oitenta) dias. FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul/Pr. Marquinho/PR, em 14 de outubro de 2026. ELIO BOLZON JUNIOR. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº0128/2026 - O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 09:00 horas, do dia 27 de outubro do ano de 2026, no portal nacional de Compras BNC, a PREGÃO ELETRÔNICO nº017/2026 tipo menor preço item. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e conjuntos de ferramentas de marcenaria novos, completos e sem uso, destinados à Secretaria Municipal de Agropecuária, Industria e Comercio, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone/fax: 0800 888 5155 Whatsapp (0**42) 3633-1160 - ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, de segunda a sexta feira, nos horários das 08:00 às 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Mato Rico, 9 de outubro de 2026.
EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANÇA DO IVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 32/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 57/2026 - Justifica-se a não exclusividade de participação às ME, EPP ou MEI o fato de que, após pesquisas efetuadas em nosso cadastro de fornecedores, verificou-se a não existência de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos sediados locais e capazes de cumprir com as exigências deste Edital, amoldando-se ao preceito legal acima mencionado. O MUNICÍPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir: OBJETO: Aquisição De Implementos Agricolas Em Atendimento As Necessidades Da Secretaria Municipal De Agricultura De Nova Aliança Do Ivaí - PR, Através Do Convenio 942274/2023. Recebimento Das Propostas De Preços: Até às 09:00 horas do dia 03/11/2026. Início Da Sessão De Disputa De Preços: às 09:01 horas do dia 03/11/2026. Critério De Julgamento: Menor Preço Por Item Modo De Disputa: Aberto. Valor Estimado Para A Licitação: R$ 111.000,00 (Cento e Onze Mil Reais). Link Para Realização Da Sessão Da Disputa: https://www.comprasbr.com.br. Referência De Horário: Horário de Brasília/DF. O Edital Ficará Disponível: No site do Município de Nova Aliança Do Ivaí

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302026101500212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.